

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES: UMA REVISÃO DOS ESTUDOS NO BRASIL

SOCIAL REPRESENTATION OF VIOLENCE AGAINST WOMEN: A SYSTEMATIC REVIEW OF STUDIES IN BRAZIL

Kalline Flávia Silva de Lira¹

Resumo

A relevância da Teoria das Representações Sociais (TRS) no campo da Psicologia é indiscutível, por possibilitar a análise dos fenômenos de relevância social. Este trabalho tem por objetivo analisar os estudos desenvolvidos acerca da violência contra as mulheres à luz da TRS, no Brasil. O levantamento foi realizado no portal da Capes, e nas plataformas BVS-Psicologia e Medline. As análises realizadas nesses universos tiveram por suporte os textos dos resumos das dissertações e teses, e os textos completos dos artigos disponíveis nas plataformas escolhidas, restritos à produção do período de 2013 a 2016. As leituras realizadas permitem endossar que os estudos sobre a violência contra as mulheres baseiam-se raramente na Teoria das Representações Sociais, tendo sido encontrado um volume muito pequeno de produção na área do conhecimento destacada, que foi a Psicologia. Compreendemos que questões relacionadas ao fenômeno da violência contra as mulheres podem ser discutidas, face à importância de conhecer as representações sociais das mulheres em situação de violência, dos homens agressores, dos/as profissionais, entre outros atores que compõem a rede de enfrentamento da violência contra a mulher.

Palavras-chave: Palavras-chave: Representações sociais; violência contra a mulher; psicologia; pesquisa científica.

Abstract

The relevance of the Theory of Social Representations in the field of Psychology is indisputable, because it allows the analysis of socially relevant phenomena. This paper presents the results of a systematic review on violence against women from social representations. The survey was carried out in the CAPES portal for dissertations and theses, and BVS-Psicologia and MEDLINE platforms for scientific articles. The analyzes carried out in these universes were supported by the texts of the abstracts of dissertations and theses, and the complete texts of the articles available on the chosen platforms, restricted to the production from the period from 2013 to 2016. The readings made allow to endorse that studies on violence against women are rarely based on the Theory of Social Representations, and a very small volume of production was found in the area of outstanding knowledge, which was Psychology. We understand that issues related to the phenomenon of violence against women can be discussed, given the importance of the social representations of women in situations of violence, of aggressive men, of professionals, among other actors that make up the network to combat violence against women.

Keywords: Social representations; violence against women; psychology; scientific research.

¹ Doutoranda em Psicologia Social, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Endereço: Rua Agamenon Bezerra Lafayette, 35 – COHAB – Recife – PE- CEP: 51345-030. E-mail: kalline_lira@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A violência é uma das maiores preocupações atuais da população brasileira e os números não param de crescer, apesar do aumento das políticas públicas de combate ao fenômeno. Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010, citado por Waiselfisz, 2012) aponta que oito em cada dez brasileiros têm muito medo de ser assassinado, e esse temor é constante em todas as regiões do país. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), em relatório que reúne o resultado de várias posições teóricas e práticas adotadas por diversos países e culturas, violência é:

O uso intencional da força física ou poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Krug; Dahlberg; Mercy; Zwi & Lozano, 2002, p. 5).

O que nos chama atenção na definição acima é o caráter intencional do ato. A violência é uma oposição à tolerância, ao diálogo, é usada quando o mais fraco tenta questionar o mais forte, sendo uma forma de manutenção de poder.

A grande incidência da violência no Brasil revela, também, uma estreita relação com a problemática de gênero, pois segundo o Mapa da Violência (Waiselfisz, 2015), entre 1980 e 2013 foram assassinadas mais de 106 mil mulheres. A taxa em 1980 era de 2,3 vítimas por 100 mil, passou para 4,8 em 2013, apresentando um aumento de 111%, mais que dobrando o número de mulheres vítimas no país. Embora estes números sejam alarmantes, é importante lembrar que se referem apenas ao grau máximo da violência – os homicídios – e não apresentam as outras formas de abuso. Assim, estudar este recorte específico da violência torna-se cada vez mais significativo, já que apesar de ter havido um progresso em relação às políticas de enfrentamento das violências contra as mulheres, a ocorrência de casos ainda é preocupante.

O conceito de violência contra as mulheres é uma expressão criada pelo movimento social feminista, e faz referência, de modo geral, a sofrimentos e agressões que estão tradicional e profundamente enraizados na vida social, percebidos como situações normais, quando dirigidos especificamente às mulheres pelo simples fato de serem mulheres (D'Oliveira, 2000).

Conforme a Convenção de Belém do Pará,

ratificada pelo Brasil em 2005, a violência contra a mulher é “qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como privado” (CFEMEA, 2007, p. 08). É importante ressaltar que a violência contra as mulheres não é algo novo, existe desde a antiguidade, porém, por muito tempo foi socialmente aceita, acarretando a tolerância atual ao fenômeno. Durante décadas a violência de gênero não foi considerada no Brasil.

Segundo o Mapa da Violência (Waiselfisz, 2015), apesar do local mais comum de acontecer à violência contra as mulheres ainda ser a via pública, a residência da vítima aparece em 27,1% dos casos, sendo um dado relevante, e o agressor é um parente imediato ou parceiros e ex-parceiros em 67,2% dos casos.

Os fenômenos sociais, incluindo a violência, é interesse de análise da Teoria das Representações Sociais (TRS). Conforme proposta inicial de Serge Moscovici, quando de sua tese de doutorado em 1961, a Teoria das Representações Sociais é uma abordagem psicossocial que busca compreender o comportamento cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais. Na sua tese, Moscovici (2012) procurou analisar e compreender como diferentes extratos da população parisiense, expostos aos efeitos dos diversos meios de comunicação de massa e científica, percebiam a Psicanálise.

Segundo Jodelet (2001), as representações sociais são modalidades de conhecimento prático, orientadas para a comunicação e para a compreensão subjetiva do contexto social, material e ideativo no qual o indivíduo ou grupos estão inscritos por laços de pertença. Para a autora, as representações sociais são, essencialmente, fenômenos sociais que têm que ser entendidos a partir do seu contexto de produção, das funções simbólicas e ideológicas a que servem e pelas formas e tipos de comunicação nas quais circulam.

Posteriormente, ao examinar a produção realizada no Brasil que têm por fundamento a Teoria das Representações Sociais, Jodelet (2011) indica que a sua pertinência se deve em habilitar os/as pesquisadores/as a enfrentarem questões vivas e atuais que atravessam a sociedade brasileira, ressaltando posteriormente que a maioria dos trabalhos é desenvolvida essencialmente em torno de temas ou domínios de “aplicação”, mas que em efeito, são domínios onde surgem problemas sociais importantes.

Assim, compreendendo a violência como um fenômeno de grande impacto na população, este estudo tem por objetivo analisar as produções científicas sobre a violência contra as mulheres, prioritariamente na área da Psicologia, a partir da Teoria das Representações

Sociais. Para isto, foram realizadas buscas de arquivos em plataformas específicas. Os estudos encontrados foram analisados, levando-se em consideração os anos das produções, os sujeitos da pesquisa, o instrumento de coleta de dados e a abordagem utilizada para análise de dados.

Violência contra as mulheres e violência de gênero

A violência, de forma ampla, acontece no mundo todo. Sendo um fenômeno universal e humano, é um problema multifacetado, e nenhuma causa isolada pode explicá-la, sendo também influenciada pelo ambiente externo.

Entendendo a violência como um tema múltiplo, de naturezas diversas, consideramos neste estudo uma forma particular, que é a violência contra as mulheres. Esta, entendida como violência de gênero, ainda é alarmante. O Brasil ocupa o preocupante 5º lugar no ranking dos países que mais cometem violência contra as mulheres (Waiselfisz, 2015). Sendo assim, a violência contra as mulheres não pode ser diluída nos casos gerais de violência. Afinal, quando a violência é perpetrada simplesmente pelo fato da vítima ser mulher, há que se levar em consideração todo o contexto sócio-histórico-cultural no qual a violência foi cometida.

Ângulo-Tuesta (1997) aponta a dificuldade de definição do termo mais adequado para essa problemática, e destaca alguns vocábulos que podem ser utilizados: violência contra a mulher; violência intrafamiliar; violência conjugal; violência doméstica contra a mulher; e violência de gênero. Essa diversidade é resultado da inexistência de uma única denominação e deve-se à complexidade do fenômeno estudado, à sua amplitude e à sua operacionalização, já que dependendo da área do conhecimento em que se percebe o problema, tem-se uma conceituação.

Ainda segundo Ângulo-Tuesta (1997), alguns elementos são importantes para definir a violência contra as mulheres, como: a natureza ou tipo do ato (física, verbal, sexual, etc.); o caráter de definição do ato (forma de exercer poder, força ou coerção); o tipo de relação entre os envolvidos; e o contexto sociocultural em que ocorre a violência (atos socialmente legitimados e tolerados).

Corroborando com esse pensamento, Dantas-Berger e Giffin (2005) afirmam que a delimitação conceitual do termo é apoiada numa ambiguidade terminológica, devido a não existência de consenso para nomear a violência praticada contra as mulheres. Segundo as autoras, violência baseada em gênero, violência de gênero e violência contra mulheres são

sinônimos, por serem mais abrangentes, abarcando nessa conjuntura todas as violências praticadas por homens contra as mulheres, pautadas numa relação de poder. As autoras ressaltam, no entanto, que por ocorrerem geralmente no âmbito familiar e/ou entre parceiros íntimos, têm-se como outras possibilidades denominar de violência doméstica ou intrafamiliar, mesmo que estas não caracterizem apenas eventos praticados contra mulheres.

Na tentativa de dar conta da mudança que vem ocorrendo em relação às mulheres, buscou-se o conceito de gênero, para tentar entender a configuração da sociedade, e, conseqüentemente, da violência (ainda) existente nela. Para Scott (1995), o conceito de gênero é uma categoria analítica, que ajuda no entendimento da história, do percurso e dos diversos significados atribuídos ao termo. Além disso, tem suas implicações para a compreensão de estudos sobre a mulher. A autora propõe uma definição de gênero que incorpora duas posições e entendendo-o como um “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos (e como) uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). Dessa forma, trabalhar com o conceito de gênero é ampliá-lo além das questões sobre diferenças físicas e biológicas, sendo necessário afirmar sua dimensão social, histórica e política.

O gênero é socialmente modelado, ou seja, as características tidas como masculinas e femininas são ensinadas desde o berço e tomadas como verdadeiras, pela sua repetição cultural. Entendemos, por fim, baseando-nos em Scott (1995), que gênero diz respeito a relações de poder e à distinção entre atributos culturais impostos a cada um dos sexos e suas peculiaridades biológicas. O conceito de gênero compreendido na sua dimensão sociocultural ajuda a entender a maneira pela qual a violência é estruturada e exercida na nossa sociedade, hierarquizando as relações de poder, em que o homem ainda é compreendido como superior às mulheres.

No que se refere à questão legal, a Lei 11.340/2006, mais conhecida como “Lei Maria da Penha”, no artigo 5º, define violência doméstica ou familiar contra a mulher como sendo toda ação ou omissão, baseada no gênero, que cause morte, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família e em qualquer relação íntima de afeto, em que o agressor conviva ou tenha convivido com a agredida (Brasil, 2006).

De acordo com a referida Lei, violência física é qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da mulher, como tapas, empurrões, socos,

mordidas, chutes, queimaduras, lesões por armas ou objetos, entre outros. A violência psicológica é qualquer conduta que venha a causar dano emocional e redução da autoestima, ou que possa prejudicar o pleno desenvolvimento ou que vise desmoralizar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões, através do uso de ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, insulto, chantagem, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à saúde psicológica e a autodeterminação (Brasil, 2006).

Outro tipo de violência, a sexual, é entendida como a conduta que constranja a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso de força. A Lei Maria da Penha ainda tipifica a violência patrimonial como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total dos objetos da vítima, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, inclusive aqueles destinados a satisfazer suas necessidades. Já a violência moral se configura na calúnia, difamação ou injúria (Brasil, 2006).

Importante ressaltar que o Brasil é signatário dos principais tratados e conferências internacionais que estabelecem marcos legais para o avanço dos direitos humanos e dos direitos das mulheres. Afinal, o Brasil além de ter assinado todos os documentos relativos ao reconhecimento e às proteções aos direitos humanos das mulheres, também apresenta um quadro legislativo bastante avançado no que se refere à igualdade de direitos entre homens e mulheres. No entanto, está muito claro que apenas a existência de leis não modifica o quadro de violência. É preciso avançar no efetivo cumprimento destas.

Diante do exposto, este estudo versará sobre a violência contra as mulheres cometidas no âmbito familiar/doméstico e por parceiros íntimos – esposos/companheiros ou ex-esposos/ex-companheiros. Utilizamos os termos “violência contra as mulheres” e “violência de gênero” como sinônimo.

A teoria das representações sociais

Os estudos das Representações Sociais estão marcados pela presença de discussões ideológicas, que garantem a prevalência do social, e pelos processos que explicam a dinâmica intergrupos (Moscovici, 1978). No caso da área da psicologia, o grupo em destaque é constituído por profissionais que atuam na rede de enfrentamento da violência contra as mulheres, cuja

compreensão deste fenômeno pauta-se nas relações de gênero e de poder, fomentada pelos símbolos culturais ao longo dos tempos, caracterizados pela dominação masculina na evolução da humanidade. Assim, a violência contra as mulheres, ancorada na Teoria das Representações Sociais, é fundamental para dar um maior suporte no entendimento deste fenômeno apoiado nas influências da história, ideologia e poder exercido sobre os comportamentos individuais dos diversos atores sociais.

Para Moscovici (1978), toda representação é construída na relação do sujeito com o objeto representado, pois não existe representação sem objeto. No entanto, o sujeito, ao representar um objeto, traz nesta construção toda bagagem simbólica, ideológica e sociocultural de seu grupo de pertença, o qual por sua vez possui uma relação ativa com o objeto. Esta representação é reproduzida no intercâmbio das relações e comunicações sociais, pois o objeto a ser representado, seja ele humano, social, material ou uma ideia, será apreendido através da comunicação. Sendo assim, os elementos da realidade, os conceitos, as teorias e as práticas são submetidos a uma reconstrução a partir das informações colhidas e da bagagem histórica (social e pessoal) do sujeito. Dessa forma, as representações sociais tratam de explicar as características do pensamento social, diferenciando-o do pensamento individual.

Neste sentido, toda representação surge da necessidade de transformar o que é estranho, o que não é compreendido, em algo familiar – “domar o desconhecido”. Em geral, os grupos produzem representações, também como uma forma de filtrar a informação que provém do ambiente com fins de moldar o comportamento individual. É um tipo de manipulação do processo do pensamento e da estrutura da realidade (Moscovici, 1978).

As representações sociais, segundo definição clássica apresentada por Jodelet (2001) a partir de uma perspectiva dimensional, são modalidades de conhecimento prático, orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que se vive. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação.

Outro aspecto da compreensão do conceito de representação social é o seu papel na formação das condutas. É ela que modela o comportamento e justifica sua expressão. Moscovici (1978) diz que a representação social é uma preparação para a ação, tanto por conduzir o comportamento, como por modificar e reconstruir os elementos do contexto social em que o comportamento deve ter lugar. Para o autor, o ser

humano é um ser pensante que formula questões e busca respostas, ao mesmo tempo em que compartilha realidades por ele representadas. Deste modo, apreender as representações dos diversos atores sociais que circulam na rede de enfrentamento da violência contra as mulheres, possibilita enxergar seus comportamentos em sua forma mais ampla, considerando os aspectos ideológicos dos contextos que deram lugar.

Abric (2001) ao conceituar as funções das representações sociais irá afirmar que uma delas trata-se da função identitária – definindo a identidade e delimitando a especificidade de cada grupo. Situando os indivíduos e os grupos na sociedade permitindo a elaboração de uma identidade socialmente aceita, ou seja, gratificante, compatível com o sistema de normas e valores sociais e historicamente determinados.

Abric (2001) ainda apresenta outras funções da representação social: a função de saber, pois permitem que os sujeitos adquiram conhecimentos, num esforço para compreender e comunicar; a função de orientação, pois orienta as condutas, é um guia para a ação; e a função justificadora, pois avaliam a ação, explicando e justificando as condutas e comportamentos dos sujeitos.

Em suma, em sociedades mutáveis como a atual, coexistem várias representações entre os sujeitos. Por isso percebemos socialmente tensionamentos entre os ideais patriarcais que regulam a vida das mulheres, com o modelo feminino defendido pelas ideias do movimento feminista que defende a liberdade dos sujeitos, em que a mulher deixa de ser objeto de exploração-dominação, e busca a garantia de direitos iguais para homens e mulheres. Dessa forma, os estudos de gênero representam bem o papel da ciência em tornar familiar o não familiar, integrando até mesmo a não familiaridade, rompendo com os padrões identitários estabelecidos socialmente, propiciando espaços para o encontro com a alteridade.

Analizando os estudos sobre violência contra as mulheres

O presente estudo teve como objetivo analisar os estudos desenvolvidos acerca da violência contra as mulheres à luz da TRS, no Brasil. O levantamento dos dados apresentados foi realizado em dezembro de 2017.

O objeto de estudo foi um conjunto de pesquisas (dissertações, teses, e artigos) disponibilizadas em três plataformas digitais: Para teses e dissertações, utilizamos o portal da Capes de teses e dissertações; Para artigos científicos, utilizamos: BVS Psicologia e

MedLine. Estes portais foram escolhidos porque consistem nas principais bases brasileiras para esses dados bibliográficos, principalmente na área específica da psicologia.

Inicialmente realizamos pesquisa nos Descritores em Ciências da Saúde para identificar os descritores da violência contra a mulher. Como possíveis descritores da violência contra a mulher, foram dados: violência de gênero e violência baseada em gênero. Já o termo representação social não foi encontrado na base de dados. Assim, também utilizamos na pesquisa realizada nos portais o termo percepção social.

A partir dos descritores, foram utilizados como estratégia de busca diversos conjuntos de palavras-chave/descriptores: violência contra a mulher; violência de gênero; representações sociais e violência contra a mulher; violência contra a mulher e percepção social.

À medida que foram identificadas as produções que responderam a esses descritores, as análises dos textos eram iniciadas. Estas análises foram realizadas a partir dos resumos das dissertações, teses e artigos. Quando a metodologia e/ou aporte teórico não estavam claros no resumo, os arquivos completos foram acessados.

Para cada descritor, o resultado tinha números diferentes. Optou-se por aquele que apresentou maior número de produções. Como recorte temporal, foram incluídas produções de 2013 a 2016, visto que no portal Capes ainda não constam as defesas de 2017, e as ocorridas antes de 2013 não estão disponíveis para acesso aos textos completos, pois não existia a Plataforma Sucupira.

Nos portais de periódicos, foram excluídos estudos que não tinham como lócus de pesquisa o Brasil, posto que o objetivo foi verificar a produção brasileira sobre a temática. Para teses e dissertações, restringimos a pesquisa na área de conhecimento da Psicologia. As categorias de análise deste estudo foram: o ano de publicação da pesquisa, os sujeitos, o instrumento de coleta de dados e a abordagem para análise dos dados.

Análise das produções no Portal Capes

A primeira pesquisa foi realizada no Portal Capes de Teses e Dissertações. O descritor “violência de gênero” deu como resultado 986.868 produções. Entre os anos de 2013 a 2016, foram 227.910. A partir disso, refinamos a pesquisa de acordo com as áreas de conhecimento, restringindo à Psicologia, que nos deu 3.667 resultados. Em seguida, a partir dos resumos, foram verificadas se as pesquisas utilizaram o

referencial da Teoria das Representações Sociais.

Foi encontrado um total de 06 trabalhos, sendo todas dissertações. Foi possível observar que dentro do recorte de tempo escolhido, há um pico no ano de 2015, com três estudos, mas as produções ainda são mínimas. Nos outros anos houve um trabalho em cada.

Esse resultado permite concluir que o número de teses e dissertações que adotaram como fundamento teórico a teoria das representações sociais para compreender o fenômeno da violência contra as mulheres ainda é muito pequeno. No total, a partir do descritor “violência de gênero”, na área de conhecimento específica, tivemos em 2016, 967 teses e dissertações. Ao analisar os resumos, foram encontrados apenas uma dissertação utilizando a TRS.

Diversas são as razões que podem explicar o pequeno registro quanto ao volume de produções de teses e dissertações no período, desde as relativas aos prazos regulamentados no Brasil pelos programas de *stricto sensu* para a produção e defesa das dissertações e teses, às das dificuldades de acesso às produções com o aporte teórico da Teoria das Representações Sociais, pois alguns ainda estão sem tradução e originalmente na língua francesa, o que dificulta ainda mais o acesso, posto que o francês não é uma língua popular no país. No entanto, a periodização regular no Brasil de eventos internacionais – como as Jornadas Internacionais sobre Representações Sociais (JIRS) – além de eventos nacionais específicos, tem possibilitado a disseminação de trabalhos no campo das representações sociais. Ressaltamos, no entanto, que a pesquisa foi realizada apenas em uma área de conhecimento e com um recorte específico de violência contra as mulheres.

A partir do resumo (e algumas vezes verificando o sumário ou mesmo o capítulo de metodologia), apontamos outros índices de análise. Em relação aos sujeitos das pesquisas analisadas, teve-se como resultados: 02 pesquisas com profissionais; 01 pesquisa com homens agressores; 02 pesquisas com mulheres vítimas; e 02 pesquisas com familiares. No total há sete porque uma das pesquisas foi realizada com mais de um tipo de sujeito.

A interpretação dos resultados mostra que nas produções analisadas, predominam como sujeitos os que denominamos de “outros”. Percebe-se, portanto, que o interesse foi maior em saber as representações das pessoas que não estão necessariamente em situação de violência. Entre as pesquisas com profissionais, destacam-se os policiais.

Chama-nos atenção o ínfimo número de pesquisas com as mulheres em situação de violência. No recorte temporal estabelecido, encontramos apenas

duas. Dentre as hipóteses para explicar esse pequeno número, podemos citar a preocupação em evitar a revitimização da mulher ao falar sobre o assunto. No entanto, acredita-se que falar sobre um assunto é uma das maneiras de obter conhecimento, como disse Moscovici (1978), e tornar familiar o desconhecido. Sabemos que muitas mulheres em situação de violência sequer reconhecem as violações que sofrem, visto que nossa sociedade muitas vezes naturaliza a subordinação das mulheres, principalmente em relação aos seus companheiros. Refletir sobre o assunto com as mulheres em situação de violência é uma forma de resignificar as relações de gênero para além das questões de diferenças sexuais, que legitimam o poder do homem sobre a mulher (Scott, 1995).

A maioria dos resumos das teses e dissertações informou a perspectiva adotada para a realização da pesquisa desenvolvida em seu trabalho. Interessava-nos saber a tendência nesses estudos quanto à adoção das abordagens da TRS.

No período analisado, as informações dos resumos que compõem os textos das teses e dissertações permitem concluir que os/as autores/as adotaram em maior número a abordagem estrutural (três estudos). A maioria dos trabalhos utilizou o software Evoc para análise dos dados. No que concerne à abordagem processual, os dois estudos utilizaram a análise de conteúdo. Apesar da pouca divulgação da abordagem societal, encontramos um estudo que realizou análise fatorial. Vemos, assim, o grande uso da abordagem estrutural nas pesquisas realizadas aqui no Brasil.

Quanto às informações pertinentes aos recursos procedimentais para a execução do trabalho. Percebe-se o maior uso de questionário (três estudos), posto que o questionário é um instrumento bastante utilizado nas pesquisas de abordagem estrutural. Foram considerados instrumentos múltiplos as pesquisas que usavam mais de um instrumento (dois estudos). De forma geral, as pesquisas caracterizadas de uso de múltiplos instrumentos, usaram questionários associados a entrevistas. A pesquisa que utilizou escala realizou uma abordagem societal (um estudo).

Análise das produções na BVS-Psi Brasil

O segundo portal no qual realizou-se a pesquisa foi a Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil (BVS-Psi Brasil). O descritor “violência contra a mulher” deu como resultado, 95 produções técnico-científicas. Ao refinar a pesquisa com o descritor “representação social”, duas pesquisas apareceram, mas uma era de 2001, fora recorte temporal deste trabalho. O descritor

“percepção social” apresentou oito pesquisas, mas nenhuma utilizando a TRS. Com o descritor “violência de gênero”, apareceram 58 estudos. Ao refinar com “representação social”, encontramos uma pesquisa. Como o descritor “representação social” não aparece nos Descritores em Ciências da Saúde, para a fidedignidade da pesquisa, leu-se todos os resumos apresentados após a busca com os descritores “violência contra a mulher” e “violência de gênero”. Quando houve dúvida se a pesquisa utilizou a TRS, os arquivos completos foram acessados.

Observa-se que dentro do período de tempo escolhido, há uma escassez de pesquisas na área de Psicologia que utilizem a TRS como grade de análise do fenômeno da violência.

Verificou-se que no recorte temporal estabelecido, apenas duas pesquisas sobre violência contra a mulher/violência de gênero utilizaram a Teoria das Representações Sociais. Além disso, nenhuma privilegiou o grupo de mulheres em situação de violência. Em uma pesquisa, os sujeitos foram mulheres em geral, e na outra, homens, mas não os homens que haviam explicitamente cometido algum tipo de violência de gênero. Mais uma vez ressaltamos que compreender a representação social da violência contra a mulher em todos os grupos sociais é importante, mas acreditamos que analisar o fenômeno da violência a partir de quem a está vivenciando, nos oferece subsídios para intervenções mais efetivas, principalmente na área da saúde pública.

No que se refere ao tipo de abordagem utilizada, podemos perceber que, diferente das teses e dissertações em que a abordagem estrutural foi mais empregada, nos artigos de Psicologia, adotou-se a abordagem processual. Como o número de artigos encontrado foi ínfimo, não podemos presumir que nos estudos na área há um privilégio da abordagem processual. Nos dois artigos, utilizou-se para a análise de dados a metodologia de análise de conteúdo.

Quanto os instrumentos utilizados nas duas pesquisas analisadas: uma utilizou questionário de perguntas abertas; a outra foi uma pesquisa bibliográfica sobre a violência sexual contra as mulheres.

Análise das produções na MedLine

O último portal no qual foi realizada a pesquisa foi o MedLine – Literatura Internacional em Ciências da Saúde. Neste portal, nenhum dos descritores utilizados anteriormente deu resultado positivo. Assim, optou-se por usar o termo “mulher” e o termo para refinar a pesquisa “violência”. Dessa forma, tivemos 2.239

produções. Com o nosso recorte temporal de 2013 a 2016, obtivemos 428 pesquisas. A partir desse número, fomos analisados os resumos dos artigos destacados.

Como a MedLine é uma base de dados internacional, a maioria dos artigos são publicados em outros países. Visto que nosso estudo se propõe a analisar apenas a produção brasileira, nos atentamos apenas para pesquisas realizadas no Brasil, independente do país de publicação da revista científica.

Encontramos 15 artigos em que a pesquisa foi realizada no Brasil. Destes, apenas dois utilizavam a TRS. No entanto, os dois artigos são da área da Enfermagem. Assim, não obtivemos artigos para análise na base de dados MedLine.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar a utilização da Teoria da Representação Social para a leitura do fenômeno da violência contra as mulheres na produção científica nacional. Ele representa um esforço no sentido de estimar como o meio acadêmico tem utilizado a teoria para a compreensão do fenômeno social escolhido. Acreditamos que o objetivo do estudo tenha sido alcançado.

Diante dos dados apresentados, ficou evidente que a temática da violência contra as mulheres no Brasil ainda carece de pesquisas que utilizam a Teoria das Representações Sociais. A partir dos dados apresentados, algumas considerações são importantes.

Primeiramente, não queremos dizer que o fenômeno da violência contra as mulheres não esteja sendo estudado. Pelo contrário, há um número enorme de pesquisas, evidenciado no número de estudos a partir dos descritores “violência contra a mulher” e “violência de gênero”, principalmente no Portal Capes. No entanto, o cruzamento das Teorias de Gênero, (que acreditamos serem fundamentais para a compreensão do fenômeno da violência contra as mulheres) com a Teoria das Representações Sociais não está sendo feito. Quando procuramos pesquisas que tenham a análise do fenômeno que definimos a partir da TRS, poucas produções foram encontradas.

Em segundo lugar, destacamos possíveis limitações, pois consideramos apenas as produções em banco de dados específicos. Tal decisão pode ter excluído pesquisas sobre o tema publicadas em outras plataformas. Além disso, a pesquisa de teses e dissertações foi realizada apenas na área de conhecimento Psicologia, por ser o berço da teoria. Acreditamos, entretanto, que tais limitações não invalidem os resultados encontrados, cuja principal

contribuição foi discutir os estudos sobre a violência contra as mulheres a partir da Teoria das Representações Sociais na área escolhida.

Dois pontos principais precisam ser destacados a partir dos dados coletados: o primeiro diz respeito aos sujeitos das pesquisas, que poucas vezes foram pessoas inseridas diretamente nas situações de violência, seja mulher ou homem. Tal resultado indica uma preocupação da comunidade científica com as representações da sociedade como um todo, mas os estudos das representações sociais também servem para realizar análise em grupos específicos. A partir das lacunas percebidas, é necessário um maior interesse e aprofundamento dos/as pesquisadores/as no que diz respeito às representações de diversos grupos sociais sobre a violência contra as mulheres.

O segundo ponto a ser destacado se refere à escassa utilização Teoria das Representações Sociais nas produções sobre o tema da violência contra as mulheres. Assim, neste cruzamento entre as questões de gênero e representações sociais, pensando a relação indivíduo-sociedade, pensamos a importância em refletir sobre como interagem os sujeitos e a sociedade para construir a realidade.

Compreende-se a Teoria das Representações Sociais e as Teorias de Gênero como relacionais. Neste sentido, a sociedade contemporânea ao ser confrontada com as novas compreensões de gênero, principalmente no que se refere às relações de poder, pode experimentar sensações de não familiaridade que tenciona suas ideias, crenças e representações, não apenas sobre as identidades de gênero, mas consequentemente sobre a violência contra as mulheres. A Teoria das Representações Sociais não separa o sujeito social e o seu saber concreto do seu contexto, e a construção desse saber não se desvincula da subjetividade. E nessa complexa teia os sujeitos, sociais por natureza, vão tecendo seu entendimento sobre a violência de gênero.

A principal contribuição da TRS para a leitura do fenômeno da violência contra as mulheres está na proposta de compreender o universo consensual. Ou seja, os sujeitos precisam reinterpretar a realidade cotidiana, conferindo novos sentidos ou até mesmo reafirmando antigas opiniões. Ao serem apresentados a novos posicionamentos sobre determinadas temáticas importantes para a vida em sociedade, os sujeitos podem produzir novas representações ou reiterar-se nas anteriores. As representações sociais partem da ideia de que os saberes populares e o senso comum, elaborados e partilhados socialmente, têm o objetivo de construir e interpretar a realidade, sendo fundamentais para conhecer e compreender o comportamento das

pessoas.

Por isso, conhecer o consensual é condição *sine qua non* para propor políticas públicas para o enfrentamento da violência, que sejam de fato eficientes e eficazes, tendo como base, a resignificação da violência e das questões de gênero. Acreditamos que a TRS nos dá suporte necessário para essa compreensão, e assim, as pesquisas sobre o fenômeno da violência contra as mulheres podem utilizar mais a teoria, em qualquer uma das três abordagens conhecidas.

Referências

- Abric, J-C. (2001). *Práticas sociales y representaciones*. México: Ediciones Ccoyacán.
- Ângulo-Tuesta, A. J. (1997). *Gênero e violência no âmbito doméstico: a perspectiva dos profissionais de saúde*. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Ciências Sociais, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro - RJ.
- Brasil. (2006). *Lei nº 11.340*, de 07/08/2006. Lei Maria da Penha. Cria mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Casa Civil. Recuperado em 05 maio, 2018, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm.
- Centro Feminista de Estudos e Assessoria. (2007). *Lei Maria da Penha: do papel para a vida. Comentários à lei 11.340/2006 e sua inclusão no ciclo orçamentário*. Brasília: CFEMEA.
- D'Oliveira, A. F. P. L. (2000). *Violência de gênero, necessidades de saúde e uso de serviços em atenção primária*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Medicina Universidade de São Paulo, São Paulo - SP.
- Dantas-Berger, S. M., & Giffin, K. (2005). A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? *Cadernos de Saúde Pública*, 21 (2), 417-425.
- Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.). *As Representações Sociais* (pp. 17-41). Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Jodelet, D. (2011). Sobre o movimento das representações sociais na comunidade científica brasileira. *Temas em Psicologia*, 19 (1), 19-26.

Krug, E. G.; Dahlberg, L. L.; Mercy, J. A.; Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Brasília: OMS/Opas/UNDP/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes.

Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, 20 (2), 71-99.

Waiselfisz, J. J. (2012). *Mapa da Violência 2012. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília: Instituto Sangari.

Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília: ONU/OPAS/OMS/SPM/Flacso. Instituto Sangari.